

obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

II. Multa

1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
 - a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
 - b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
 - c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega/serviços, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos 1 e 2 deste subitem;
 - d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
 - e) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:
 - a) Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
 - b) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
 - c) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice geral de preços mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou cobrados judicialmente.
4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
 - a) Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
 - a.1) o atraso não superior a 05 (cinco) dias; e
 - a.2) a execução de multa cujo montante seja inferior dos respectivos custos de cobrança.
5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto nesta cláusula e observado o princípio da proporcionalidade.

6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II – Multa, item nº 02.
- a) A sanção pecuniária prevista no inciso 4 do subitem II – a) não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

III. Suspensão

1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a administração, de acordo com os prazos a seguir:
- a) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela central de compras, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- b) Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
- b.1) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b.2) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- b.3) receber qualquer das multas previstas no subitem II e não efetuar o pagamento;
- c) São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
- c.1) a central de compras, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- c.2) o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

Parágrafo Único - Rescisão

- I. O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos n.º 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.
- II. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela contratante e comprovadamente realizadas pela contratada, previstas no presente contrato.
- III. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da contratada caberá à contratante decidir sobre a continuidade do presente contrato.
- IV. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- V. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

Cláusula Décima Primeira - Faturamento/Pagamento

- I. Os pagamentos dos valores aprovados pela fiscalização serão efetuados mensalmente em até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização da documentação fiscal do SLU, a qual deverá ocorrer no primeiro dia útil do mês seguinte ao da execução dos respectivos serviços/fornecimentos, desde que de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado pelo contratante (valores com aplicação do coeficiente multiplicador “k”) demais condições estipuladas no edital.
- II. Os pagamentos das medições/faturas aos fornecedores e prestadores de serviços somente poderão ser efetuados com a apresentação das certidões negativas perante a Receita Federal

(Certidão Negativa de Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias), a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS (CRF/CEF), e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

- III. Deverão também ser apresentadas informações gerenciais de quantidades de empregados no quadro permanente, detalhada por categoria do Código Brasileiro de Ocupações, quantidade de demissões de funcionários ocorrido no mês anterior ao encaminhamento dos documentos comprobatórios, detalhando-se o número de demissões com justa causa e de demissões sem justa causa, quantidade de ações trabalhistas em tramitação contra a empresa, nos termos do Artigo 3º, da Lei Distrital 5.087 de 25 de março de 2013.
- IV. A contagem do prazo para pagamento, mencionado anteriormente, se iniciará caso não haja nenhuma pendência por parte da contratada. Caso contrário, as medições/faturas deverão ser devolvidas ou suspensas as contagens dos prazos de pagamentos até o saneamento das pendências verificadas.
- V. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão efetuados, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A - BRB, em observância ao disposto no Artigo 6º, do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, do GDF, publicado no Diário Oficial do DF, em 17 de fevereiro de 2011, o qual obriga a CONTRATANTE efetuar os pagamentos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A-BRB.
- VI. Excluem-se das disposições deste item:
 - a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pelo Governo Federal;
 - b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude da legislação federal, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
 - c) Os pagamentos a empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo Licitatório no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- VII. A atualização monetária dos pagamentos pendentes, desde a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento, será efetuada, caso o atraso for única e exclusivamente causado pela CONTRATANTE, com base na média da variação do INPC/IGP-DI, conforme artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e Norma ND.SFI- 003 - Condições Gerais Financeiras para Fornecimento de Materiais e Serviços da CONTRATANTE.
- VIII. Havendo erro na fatura, documentação ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a medição/fatura será devolvida ou ficará pendente e o a contagem do prazo para pagamento será suspensa até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

Cláusula Décima Segunda - Encerramento/ Rescisão

- I. Este Contrato extinguir-se-á nos seguintes casos:
 - a) pelo recebimento definitivo dos serviços;
 - b) distrato, por consenso das partes;
 - c) término do prazo contratual.
- II. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, restituição de caucões ou retenções, na ocorrência das hipóteses previstas no Ato Convocatório.
- III. Em caso de rescisão contratual ficam reconhecidos os direitos da administração, nos termos do art. 55, inciso IX c/c art. 77 da Lei nº 8.666/93 (Decisão nº 10.695/96 do Tribunal de Contas do

Distrito Federal).

Cláusula Décima Terceira - Recebimento Provisório/Definitivo

- I. O prazo de recebimento provisório será de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data de comunicação escrita da CONTRATADA ao SLU.
- II. O prazo de recebimento definitivo será de até 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data do recebimento provisório, observado o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta - Disposições Finais

- I. No exclusivo interesse da CONTRATANTE e por consenso das partes, desde que não se desnature seu objeto, este contrato poderá ser alterado.
- II. As obrigações mútuas, ora ajustadas, suspender-se-ão nos precisos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, devendo o fato ser imediatamente comunicado à CONTRATANTE.
- III. A ação ou omissão total ou parcial da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.
- IV. Aplica-se à contratação os dispositivos da Lei Distrital nº 5.087/2013, especialmente em relação às exigências do art. 3º do mencionado Diploma Legal.

Cláusula Décima Quinta – Da fraseologia anticorrupção

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, em conformidade com o Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

Cláusula Décima Sexta – Foro

As partes elegem o Foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas.

E, por estarem em absoluta e total concordância, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias, na presença das testemunhas a seguir, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Brasília, 30 de junho de 2016.

Pelo SLU/DF:


HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora-Presidente


CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS
Diretora de Administração e finanças

Pela CONTRATADA:


DANIEL JEAN LAFÊRCHE
Diretor Técnico

Testemunhas:


QUEZIA ALCANTARA VILA NOVA
CPF: 552.470.081-20


JOSEFA SOARES DA COSTA MELO
CPF: 214.706.341-03